

FACULDADE FORTIUM

JOSEFINA MARIA FERREIRA ALBUQUERQUE

**PROGRESSÃO TEXTUAL**

ANÁLISE DO DISCURSO DE POSSE DO MINISTRO  
WASHINGTON BOLÍVAR NO CARGO DE PRESIDENTE DO  
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

BRASÍLIA  
2009

JOSEFINA MARIA FERREIRA ALBUQUERQUE

## **PROGRESSÃO TEXTUAL**

ANÁLISE DO DISCURSO DE POSSE DO MINISTRO WASHINGTON BOLÍVAR NO  
CARGO DE PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Artigo Acadêmico apresentado ao Núcleo de Pós-Graduação e MBA's da Faculdade FORTIUM, como requisito para obtenção do título de especialista em Língua Portuguesa, Gramática e Revisão de Texto, sob orientação da Professora Mestra Kelly Cristina Nunes da Silva.

BRASÍLIA  
2009

Trabalho de autoria de Josefina Maria Ferreira Albuquerque, intitulado Progressão Textual – Análise do Discurso de Posse do Ministro Washington Bolívar no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça, requisito para a obtenção do certificado de Especialista em Língua Portuguesa, Gramática e Revisão de Texto, aprovado em 14 de dezembro de 2009, pela Professora Mestra Kelly Cristina Nunes da Silva.

---

Professora Mestra Kelly Cristina Nunes da Silva

Orientadora

A produção de linguagem constitui atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza, evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes, mas, sobretudo a sua reconstrução [...] no momento da interação verbal. (KOCH, 2008a, p.19).

## RESUMO

Este trabalho – que se sustenta na vertente cognitivo/discursiva/interacional da Linguística Textual – tem como objetivo a análise da construção da cadeia argumentativa do discurso. A abordagem da progressão do raciocínio se assenta no estudo da coesão e da coerência. A progressão textual é examinada sob três aspectos: progressão referencial, temática e tópica.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística textual. Coesão e coerência. Progressão textual. Progressão referencial. Progressão temática. Progressão tópica.

## **ABSTRACT**

This article – based on the interactional/cognitive/discursive vertente of the Textual Linguistic – has as objective the analysis of the construction of the argumentative speech. Achieving the progression of arguments is based on the study of cohesion and coherency. The textual progression is examined through three aspects: referencial, themathic and topic progression.

**KEYWORDS:** Textual linguistics. Cohesion and coherency. Textual progression. Referencial progression. Thematic progression. Topic progression.

## SUMÁRIO

<b>PARA SITUAR O LEITOR.....</b>	<b>8</b>
<b>1 QUAL O OBJETIVO DESTE ARTIGO? .....</b>	<b>10</b>
<b>2 COMO SE DÁ A PROGRESSÃO TEXTUAL? .....</b>	<b>11</b>
<b>3 PROGRESSÃO REFERENCIAL.....</b>	<b>13</b>
3.1 ANÁFORA.....	13
3.2 ANÁFORA INDIRETA.....	14
<b>4 PROGRESSÃO TEMÁTICA.....</b>	<b>19</b>
4.1 TIPOS DE PROGRESSÃO TEMÁTICA.....	19
4.2 RELAÇÕES LÓGICO/SEMÂNTICAS E DISCURSIVO/ ARGUMENTATIVAS..	20
<b>5 PROGRESSÃO TÓPICA.....</b>	<b>22</b>
<b>6 CONCLUINDO.....</b>	<b>24</b>
<b>7 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>26</b>
7.1 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	27
<b>8 ANEXOS.....</b>	<b>28</b>

## PARA SITUAR O LEITOR...

1989. Um ano que separa épocas distintas. Tantas e tão importantes mudanças ocorreram nesse ano que se pode dizer que o Século XXI se antecipou, dando início a pós-modernidade.

Hobsbawm, na obra *A Era dos Extremos: o breve Século XX* (1994, p. 248), diz que “foi o colapso do império soviético em 1989, a desintegração e dissolução da própria URSS em 1989-1991 que tornaram impossível fingir, quanto mais acreditar, que nada tinha mudado”. Sustenta ser possível considerar, sob certa perspectiva histórica, a curta duração do Século XX, que, no seu entender, durou de 1914, com o início da Primeira Grande Guerra, até o fim da era soviética (HOBBSAWM, 1999, p. 7).

Nesse ano, uma série de revoluções derrubou governos comunistas, fortalecendo os ideais democráticos. Na Europa, a queda do Muro de Berlim reunificou a Alemanha após 40 anos de separação e marcou o fim da Guerra Fria.

Na China, a coragem de um manifestante anônimo que protestava junto a milhares de outros estudantes contra o regime comunista ficou registrada como um dos momentos marcantes do Século XX e tornou-se símbolo da luta pela paz e liberdade.

Também nas ciências houve inovações. O que foi anunciado como o maior feito científico do século – a descoberta da fusão nuclear a frio –, se não se consolidou como a solução para os problemas energéticos que a humanidade ainda enfrenta, pelo menos serviu para desmistificar a ciência como indicativo de certezas absolutas.

A chegada da Voyager 2 a Netuno comprovou a inteligência e a grandeza do Homem, mas, também, sua insignificância perante o Universo. Esperava-se que essa viagem interplanetária, que demandou alto investimento e mobilizou diversos cientistas da Nasa, trouxesse contribuição mais significativa sobre o conhecimento do Cosmos e de suas origens.

Maior revolução se deu no campo tecnológico. O mundo nunca mais foi o mesmo depois do surgimento da Web – rede aberta, de alcance mundial, que interliga computadores para a comunicação instantânea entre usuários em *sites* de notícias, mensageiros eletrônicos, redes sociais, páginas de *games on-line*, serviços



governamentais e infinitas outras possibilidades que justificam a afirmação de que vivemos em uma aldeia global.

Em 1989, vivia-se, no Brasil, época de contagiante esperança. Depois de quase vinte anos de ditadura, haveria, em novembro daquele ano, eleições diretas para a escolha do presidente. Com a promulgação, no ano anterior, da Constituição cidadã – assim chamada pela maciça participação popular em sua elaboração –, tudo apontava, depois de longo período de exceção democrática, para a consolidação da democracia nas instituições do País.

Iniciativas dos diversos segmentos da sociedade eram levadas à Assembleia Constituinte, que as estudava, as debatia, para, então, incluí-las no texto constitucional. Foi assim que nasceu o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Depois do amadurecimento político e acadêmico das últimas décadas, sua implantação foi amplamente examinada por uma comissão de magistrados e consolidada na Constituição de 1988. Em abril de 1989, o STJ começou a funcionar.

No âmbito do Judiciário, esta foi uma das grandes novidades trazidas pela nova Constituição: a criação de uma corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal no âmbito da justiça federal e estadual, seguindo os princípios constitucionais e a garantia e defesa do Estado de Direito. Como última instância da Justiça brasileira para as causas infraconstitucionais, órgão de convergência da Justiça comum, ao STJ cabe apreciar causas oriundas de todo o território nacional.

Esse era o cenário em que vivia o autor do discurso que aqui se pretende analisar. Washington Bolívar, primeiro presidente do STJ, antes de entrar para o serviço público, o que se deu na década de 60, quando veio para Brasília e se tornou membro do Ministério Público, advogou no interior da Bahia. Sua bagagem intelectual, sua experiência como defensor público e a busca pela justiça e verdade foram determinantes para moldar o espírito de um homem comprometido com seu tempo e com os anseios da sociedade.

Em seu discurso de posse, ele realça o alcance nacional das decisões proferidas pelo recém-criado tribunal, a genialidade com que foi pensada a escolha de seus membros e a importância de se julgar grandes e poderosos sem concessão de privilégios. Convicto da necessidade do constante aprimoramento jurídico, prevê a criação da Escola Nacional da Magistratura, hoje uma realidade. Repisa a necessidade de se selecionar servidores por meio de concurso público, assentando

seu entendimento na nova Constituição. Seu discurso revela, dessa forma, o que ele depreende da realidade política e social do momento por que passa e se soma à visão pessoal do que está por vir.

## **1 QUAL O OBJETIVO DESTE ARTIGO?**

Neste artigo, busca-se analisar como o Ministro Washington Bolívar construiu a cadeia argumentativa do seu discurso, de que forma os fatos que vivenciava se encontram presentes em sua fala e se somam com um claro discernimento do universo político-social em que estava inserido. Pois seu texto nada mais é do que a concretização da linguagem realizada

por sujeitos históricos e sociais em interação, sujeitos que constroem mundos textuais cujos objetos não espelham fielmente o 'mundo real', mas são isto sim, interativamente e discursivamente constituídos em meio a práticas sociais (KOCH, MORATO & BENTES, 2005, p. 8).

O respaldo teórico que dá apoio a este artigo é a Linguística Textual, mais precisamente a vertente cognitivo/discursiva/interacional, que vê o texto como a unidade básica de comunicação humana, realçando o exame da coerência argumentativa e de como o texto é organizado, não só pelo encadeamento dos enunciados, mas também pelo conhecimento construído pela vivência do autor.

Importa frisar que existem critérios de textualidade presentes no texto (coesão e coerência) e em quem o recebe (informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade). Aqui, a abordagem da progressão do raciocínio lógico se assenta no estudo da coesão – dos elementos que amarram as ideias trazidas e dão a unicidade textual – e da coerência dos argumentos apresentados.

## 2 COMO SE DÁ A PROGRESSÃO TEXTUAL?

A competência na construção argumentativa se dá pelo encadeamento lógico das ideias apresentadas. Independentemente do gênero, referentes surgem e depois são retomados para, com a presença ou não de conectores, novos argumentos serem inseridos. Dessa forma, fica garantida a progressão do raciocínio do autor a respeito de determinado assunto, facilitando para o interlocutor a compreensão da mensagem. Vê-se, assim, que é bastante apropriada a expressão tessitura (ou trama) textual, que remete à primeira acepção da palavra tessitura ou textura, relacionada à composição de um tecido.

As cadeias argumentativas exigem a retomada dos referentes para sua modificação ou expansão para se criar na memória do leitor, no decorrer da leitura, representações cada vez mais complexas, que surgem pela soma dos argumentos feitos. Essas retomadas acontecem em nível microestrutural (dentro de cada parágrafo) e em nível macroestrutural (entre os parágrafos do texto).

Na sequenciação do texto, dois blocos se sucedem na organização dos enunciados. São eles o tema e o rema. O tema é o referente novo, do qual se pretende dizer algo; o rema, a predicação, aquilo que se fala sobre o tema. No correr do texto, o rema pode ser retomado e se transformar em tema, para o qual novas predicações serão feitas. Dependendo da forma como se dá o encadeamento dos enunciados, a coesão e a coerência textual vão exigir a presença de conectores para consolidar a relação lógico-semântica entre tema e rema.

O texto apresenta um assunto central que se divide em conjuntos tópicos menores. Um segmento tópico (menor unidade tópica) se mantém em foco por um tempo até a introdução de outro segmento. A organização tópica se dá em nível linear (horizontal), em que se pensa na organização tópica concernente àquela porção de desenvolvimento textual, e em nível hierárquico (vertical), em que partes e subpartes tópicas se organizam para se integrar, de forma coerente, ao quadro tópico hierarquicamente superior.

Assim, o estudo da progressão textual deve ser feito sob três aspectos: a progressão referencial – com foco em como se dá a retomada de referentes; a progressão temática – com foco na relação estabelecida entre o tema e o rema e entre esses dois blocos e o bloco seguinte; e a progressão tópica – com o propósito

de mostrar a organização das ideias nos segmentos tópicos, a forma como se dá a progressão linear dos fragmentos menores e a constituição da unidade textual.

### 3 PROGRESSÃO REFERENCIAL

A exposição das ideias de forma lógica e coerente deve satisfazer, como ensina Charolles (1978, apud COSTA VAL, 2006, p. 21), a quatro metarregras, quais sejam, repetição, progressão, não contradição e relação. Neste subcapítulo, o interesse maior é pela repetição – que Costa Val chama de continuidade – e pela progressão, com o fim de se mostrar como se dá a retomada do referente para o acréscimo de novas informações. A não contradição, elemento intrínseco da coerência, é percebida não só com o que o texto traz de forma explícita, mas também com o que dele se pode concluir por pressuposições ou inferências. A relação, que a autora entende como articulação, diz respeito aos recursos utilizados para se estabelecer, coerentemente, as relações entre os argumentos do texto. Será explorada no próximo subcapítulo.

A progressão e a continuidade (repetição) referencial são percebidas pela introdução de referentes novos, pela retomada (repetição do mesmo termo, sinônimos, antônimos, hipônimos e hiperônimos) e pela inferência textual ou contextual. Como ensina Koch (2008b, p. 127), existem dois processos de introdução de referentes textuais: de forma ancorada ou não ancorada. A introdução é não ancorada quando o referente é totalmente novo no texto, aparecendo pela primeira vez. E é ancorada quando aparece com base em algum tipo de associação com elementos presentes no texto ou no contexto, é o caso das anáforas.

#### 3.1 ANÁFORA

A anáfora é a remissão a um referente citado anteriormente, com o intuito de dar progressão ao texto, com o acréscimo de novas informações. Ela “retoma (reativa) referentes previamente introduzidos no texto, estabelecendo uma relação de correferência entre o elemento anafórico e seu antecedente” (KOCH & ELIAS, 2009, p. 136). Ela é responsável pela progressão referencial, uma vez que mantém em foco o objeto do discurso, para a construção das cadeias referenciais. Reserva-se, tecnicamente, a denominação de anáfora para a remissão para trás e de catáfora para a remissão para frente.

Marcuschi (2005, p. 54) amplia o significado de anáfora. Ele entende que anáfora designa “expressões que, no texto, se reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (retomando-os ou não)”. Esse

entendimento passou a designar as anáforas indiretas, que retomam não um antecedente explícito, mas um elemento com o qual semanticamente se relaciona, denominado âncora.

Antes de abordar as anáforas indiretas, é bom lembrar que a retomada de referentes pode-se realizar por meio de recursos gramaticais (pronomes, elipses, numerais, advérbios locativos) ou por meio de recursos de ordem lexical (repetição, sinônimo, antônimo, hipônimo e hiperônimo).

Exemplos retirados do quarto parágrafo do discurso mostram ocorrências de catáfora e de anáfora.

Ex.:

O primeiro acontecimento foi uma lição que veio da China, uma cena fugaz(1), mas inesquecível, que as televisões de todos os continentes mostraram: um homem(2), só e desarmado, postou-se à frente de uma coluna de tanques(3) e conseguiu paralisá-los(3). Causou-me grande admiração o gesto de quem acreditava tanto na democracia que estava pronto a morrer por ela(2). Para onde o primeiro tanque(4) tentava desviar, movia-se(2) o chinês desconhecido(2), brava e solitariamente, até quando os seus(2) amigos foram correndo tirá-lo(2) de lá, arriscando, por sua vez, as próprias vidas. Igual admiração me causou a conduta dos soldados(5), procurando desviar o carro de combate(4) e não simplesmente esmagar obstáculo tão irrelevante(2) para quem(5) dispunha de tanto poderio; o que os(5) teria movido – o respeito universal à bravura ou enorme comiseração pelo gesto tresloucado? Qualquer das hipóteses também lhes(5) faz honra.

1 – catáfora

uma cena fugaz – refere-se a: *um homem, só e desarmado, postou-se à frente de uma coluna de tanques e conseguiu paralisá-los.*

2 – anáforas

um homem – retomadas: *quem; se; o chinês desconhecido; seus; lo; obstáculo tão irrelevante.*

uma coluna de tanques – retomada: *los.*

primeiro tanque – retomada: *o carro de combate.*

os soldados – retomadas: *quem, os, lhes.*

### 3.2 ANÁFORA INDIRETA

Quando um objeto de discurso é introduzido no texto com base em algum tipo de associação com elementos presentes no cotexto ou no contexto sociocognitivo dos interlocutores<sup>1</sup>, produz-se uma introdução ancorada. À introdução

<sup>1</sup> O traço definidor da anáfora indireta diz respeito à possibilidade de o antecedente da expressão anafórica estar implícito, perceptível pela situação comunicativa ou recuperável por conhecimentos partilhados entre os interlocutores. Essa expressão não está associada apenas a fatores linguísticos, mas também a pontos de vista sociocognitivos, discursivos e interacionais.

de referentes de forma ancorada dá-se o nome de anáfora indireta, pois não existe no cotexto um antecedente explícito, como no tópico anterior, mas um elemento de relação que se denomina âncora.

A anáfora indireta, então, ao contrário da anáfora direta, não retoma nem reativa um antecedente explícito, introduz um elemento cuja significação pode estar associada a elementos do cotexto, ser constituída com base em inferências ancoradas no texto ou, ainda, estar “saliente na situação comunicativa e recuperável pelos saberes compartilhados” (MENESES, 2006, p. 64). Ela pode, portanto, remeter a três diferentes espécies de fontes: 1) a elementos presentes no cotexto; 2) a inferências ativadas por elementos do cotexto num processo mental de interpretação; e 3) a informações previamente compartilhadas pelos interlocutores. Por ser facilmente identificável no texto, a primeira espécie é considerada anáfora indireta associativa, enquanto as duas últimas são não associativas.

Anáfora indireta associativa: De acordo com Kleiber (2001, apud MENESES, 2006, p. 67), as anáforas indiretas associativas – aquelas que, apesar de não terem referente explícito no texto, são associadas a elementos nele explícitos – podem ser de quatro tipos: meronímicas, locativas, actanciais e funcionais. Explicar-se-á cada uma delas com exemplos retirados do discurso.

- Anáforas associativas meronímicas – o elemento anafórico é parte de uma entidade maior citada anteriormente.

Ex.:

Três acontecimentos recentes me impressionaram e todos têm muito a ver com o destino do *Homem* e, especialmente, com o dos *Juízes*:

- Anáforas associativas locativas – o elemento novo mantém associação com um lugar, já citado, ao qual está vinculado.

Ex.:

[...] se caísse num continente, abriria uma cratera de cinco quilômetros, no mínimo, e destruiria tudo o que houvesse num raio de milhares de outros; se desabasse no *oceano*, provocaria *maremotos* que devastariam imensas *regiões costeiras*.

- Anáforas associativas actanciais – o vínculo anafórico se estabelece entre um acontecimento e os actantes, ou seja, entre o acontecimento e as entidades implicadas no evento.

Ex.:

Caso se multipliquem as *experiências*, que os brasileiros também conseguiram reproduzir, já fazem os *cientistas* projeção para viagens interplanetárias [...]

- Anáforas associativas funcionais – a relação se estabelece entre um elemento desencadeador (âncora) e o agente que desempenha determinada função, embasada na noção trazida pela âncora.

Ex.:

[...] um homem, só e desarmado, postou-se à frente de uma coluna de *tanques* e conseguiu paralisá-los. [...] Igual admiração me causou a conduta dos *soldados*, procurando desviar o carro de combate [...]

Às anáforas associativas apresentadas por Kleiber, Marcuschi (2001, apud MENESES, 2006, p. 82) acrescenta mais uma: são as anáforas indiretas baseadas no papel temático do verbo.

Ex.:

[...] se [o asteroide] caísse num continente, abriria uma cratera de cinco quilômetros, no mínimo, e *destruiria* tudo o que houvesse num raio de milhares de outros; se desabasse no oceano, provocaria maremotos que *devastariam* imensas regiões costeiras. Enfim, *uma visão do Apocalipse*.

Anáfora indireta não associativa: Marcuschi introduz, também, categorias de anáforas indiretas em que não existe no texto o suporte de um elemento cotextual explícito que se associe com o anafórico. A ativação de referências novas se dá com base no conhecimento compartilhado pelos interlocutores ou em inferências ancoradas pelo conjunto textual. Nesse tipo de categorização encontra-se ainda a anáfora indireta baseada em porções textuais recuperadas por nominalização, denominada por Conte (1996, apud KOCH, 2008a, p. 120) de “encapsulamento anafórico”, conhecida também por rotulação.

- Anáforas indiretas baseadas em esquemas cognitivos e modelos mentais – Essa modalidade anafórica é percebida quando no texto existem representações conceituais ou relações cognitivas indicadas por modelos mentais associados a cenários, frames ou *scripts*, estabelecidos pela experiência de vida e por conhecimentos adquiridos e estereotipados.



Ex.:

Se ao menos fosse o *asteróide B 612*, ao invés de motivos para alarme, certamente todos estaríamos exultantes, quer por ser pequenino, quer pela principal razão de nele morar o *Pequeno Príncipe, de Saint-Exupéry*, dando-nos a certeza de que sua vinda não traria catástrofe, mas sabedoria.

- Anáforas indiretas baseadas em inferências ancoradas no modelo de mundo textual – Inferem-se, pelas pistas deixadas no texto, referências que fazem a conexão entre elementos – ou entre uma porção textual – e o anafórico.

Ex.:

[...] *um homem, só e desarmado*(1), postou-se à frente de *uma coluna de tanques*(2) e conseguiu paralisá-los. [...] Igual admiração me causou a conduta dos soldados, procurando desviar o carro de combate e não simplesmente esmagar *obstáculo tão irrelevante*(1) para quem dispunha de *tanto poderio*(2) [...]

- Anáforas indiretas baseadas em elementos textuais ativados por nominalizações (rotulações) – São ricos os exemplos no discurso analisado. Trata-se de um processo referencial em que porções textuais são resgatadas por meio de uma forma pronominal (isso, aquilo, tudo, nada, o) ou nominal que recupera toda a informação enunciada. Os rótulos podem ser prospectivos ou retrospectivos.

Exs.:

O primeiro acontecimento foi uma lição que veio da China, uma cena fugaz, mas inesquecível, que as televisões de todos os continentes mostraram: *um homem, só e desarmado, postou-se à frente de uma coluna de tanques e conseguiu paralisá-los*(1). Causou-me grande admiração o *gesto*(1) de quem acreditava tanto na democracia que estava pronto a morrer por ela. [...] Igual admiração me causou a conduta dos soldados, procurando desviar o carro de combate [...] o que os teria movido - *o respeito universal à bravura ou enorme comiseração pelo gesto tresloucado*(2)? Qualquer das *hipóteses*(2) também lhes faz honra.

[...] *Se ele [o asteróide] tivesse sido capturado pelo campo gravitacional do nosso planeta e colidido*(3), o *impacto*(3) equivaleria a 40 bilhões de toneladas de TNT ou o equivalente à explosão de 40 mil bombas de hidrogênio [...]

Com exceção da anáfora indireta que se refere a conhecimentos prévios partilhados pelos interlocutores, encontram-se tanto na anáfora associativa, quanto na não associativa elementos-fonte mencionados no cotexto precedente. A diferença

entre elas está na facilidade ou não de se identificar a âncora à qual o anafórico se associa.

Na anáfora associativa, o elemento de ancoragem pode ser apontado com mais facilidade, já na não associativa esse elemento não aparece com tanta clareza, havendo casos, como nas ativadas por nominalizações, em que a anáfora se refere a grandes porções textuais. O motivo de não ser tão facilmente apontada no cotexto pode estar no fato de que as conexões ativadas no cérebro – associações que levam a inferências necessárias para a interpretação do texto – fazem parte da gramática internalizada, são intuitivas do falante, que as emprega naturalmente e são capazes de reconhecer falhas em seu uso.

## 4 PROGRESSÃO TEMÁTICA

É relevante, na análise de um discurso, pensar na progressão temática não só no tocante às relações que se estabelecem entre os elementos textuais (tema e rema), mas também em como se dá a organização e hierarquização dos enunciados. Koch<sup>2</sup> diferencia quatro formas de se fazer a progressão temática.

### 4.1 TIPOS DE PROGRESSÃO TEMÁTICA

- Progressão temática linear – o rema de um enunciado passa a ser tema do enunciado seguinte, o rema deste passa a ser tema do próximo e assim sucessivamente.
- Progressão temática com tema constante – a um mesmo tema são acrescentadas, em cada enunciado, novas informações.
- Progressão temática com temas derivados – quando de um hipertema se derivam temas parciais e a cada um se acrescentam novas informações (remas).
- Progressão por desenvolvimento de um rema subdividido – Um hipertema é desenvolvido em partes.

Cumprir observar, porém, que o mais comum é que os tipos se mesquem no texto. A título de exemplo, será analisado um parágrafo do discurso:

Ex.: Progressão temática com tema constante

Tema: o asteroide que quase colidiu com a Terra em 1989

E o terceiro acontecimento, por onde se vê que o Homem pode prever catástrofes mas nem sempre é capaz de evitá-las, ocorreu no dia 23 do mesmo mês de março, por volta das 11 horas (hora de Brasília). *Um asteroide* de cerca de um mil metros de diâmetro, viajando a 288 mil quilômetros por hora, passou a uma distância insignificante – em termos cósmicos – da Terra, pouco mais do dobro da distância que nos separa da Lua. Segundo os cálculos matemáticos, o *asteroide* cruzou a órbita da Terra e somente não colidiu porque ela não estava naquele ponto de interseção. Se *ele* tivesse sido capturado pelo campo gravitacional do nosso planeta e colidido, o impacto equivaleria a 40 bilhões de toneladas de TNT ou o equivalente à explosão de 40 mil bombas de hidrogênio, conforme calcularam os computadores operados pelos astrônomos do programa de Exploração do Sistema Solar da Nasa; se [o asteroide] caísse num continente, abriria uma cratera de cinco quilômetros, no mínimo, e destruiria tudo o que houvesse num raio de milhares de outros; se [o asteroide] desabasse no oceano,

<sup>2</sup> Op. cit., pp. 161-164.

provocaria maremotos que devastariam imensas regiões costeiras. Enfim, uma visão do Apocalipse.

## 4.2 RELAÇÕES LÓGICO/SEMÂNTICAS E DISCURSIVO/ARGUMENTATIVAS

Outro aspecto a se abordar na progressão temática diz respeito a como se opera a relação entre os segmentos textuais (tema e rema), entre os enunciados de um parágrafo e entre os parágrafos do texto.

A relação, requisito de coerência – pela lógica estabelecida –, mas também de coesão, a que Costa Val<sup>3</sup> denomina, com maior propriedade, de articulação, se refere à maneira como os argumentos se ligam, se organizam e se entrelaçam. Responsável pelo encadeamento argumentativo, pela amarração das ideias, é ela que garante a unicidade do texto.

Entre os segmentos textuais, tomados em nível micro e macroestruturais, as relações estabelecidas não necessariamente exigem a presença de mecanismos de conexão, já que elas podem se dar também em segmentos construídos por justaposição. Porém a presença de recursos específicos que explicitem as ligações, principalmente as de cunho lógico/semânticas, favorece a legibilidade e a compreensão ao assegurar para o leitor a significativa ligação que há entre os elementos textuais.

Os encadeadores do tipo discursivo não se preocupam com a relação de conteúdo entre dois segmentos, eles estabelecem a orientação argumentativa do texto. Também chamados de operadores argumentativos, marcam as relações pragmáticas, discursivas ou argumentativas.

Vejamos como o Ministro Washington, em seu discurso, faz o encadeamento das ideias por justaposição e utiliza os articuladores textuais para marcar o interrelacionamento dos enunciados.

- Encadeamento por justaposição

Ex.: O gênio inventivo do Povo Brasileiro, *ao editar a nova Constituição*, quis que ele representasse o encontro do saber e da experiência dos militantes da Justiça Comum, Federal e Estadual, *compondo-o de um terço dentre Juízes dos Tribunais Regionais Federais, um terço dentre Desembargadores dos Tribunais de Justiça e um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e dos Territórios.*

---

<sup>3</sup> Op. cit., p. 27

- Encadeamento por conexão

- com indicadores de relações lógico-semânticas

Ex.: Nem aqui celebramos hoje uma posse, *mas* simples provimento de cargos públicos *para* o desempenho de pesadas tarefas; *até porque*, nós, Juízes, nada possuímos: todo o poder emana do Povo e por ele e para ele é exercido; e toda a glória – *quando* há – pertence à Pátria.

- Encadeamento por conexão

- com indicadores de relações discursivo-argumentativas

Ex.: *Em verdade*, o Judiciário, que compõe, com o Legislativo e o Executivo, os Poderes da União, *há de afirmar* sua independência *não somente* pela autonomia financeira, que a Constituição lhe assegurou, *mas, sobretudo*, pela sabedoria e firmeza de suas decisões.

Esses são os articuladores principais de um texto, mas existem outros, como os articuladores utilizados para a organização do texto. Veja o exemplo:

- Encadeamento por conexão

- com organizadores textuais

Três acontecimentos recentes me impressionaram e todos têm muito a ver com o destino do Homem e, especialmente, com o dos Juízes: o primeiro foi testemunhado pelo mundo inteiro; o segundo apenas por alguns; e o terceiro, por sorte da Humanidade, ninguém teve a infelicidade de ver.

O primeiro acontecimento foi uma lição que veio da China, uma cena fugaz, mas inesquecível, que as televisões de todos os continentes mostraram [...]

O segundo acontecimento foi a notícia divulgada no dia 22 de março do corrente ano, pelos cientistas Stanley Pons e Martin Fleischmann, da Universidade de Utah [...]

E o terceiro acontecimento, por onde se vê que o Homem pode prever catástrofes, mas nem sempre é capaz de evitá-las, ocorreu no dia 23 do mesmo mês de março [...]

## 5 Progressão Tópica

Tópico é o assunto sobre o qual se fala. Um texto apresenta um tópico central, que pode ser constituído de um ou de vários quadros tópicos, cada um destes quadros se subdivide em subtópicos, que, por sua vez, se compõem de segmentos tópicos.

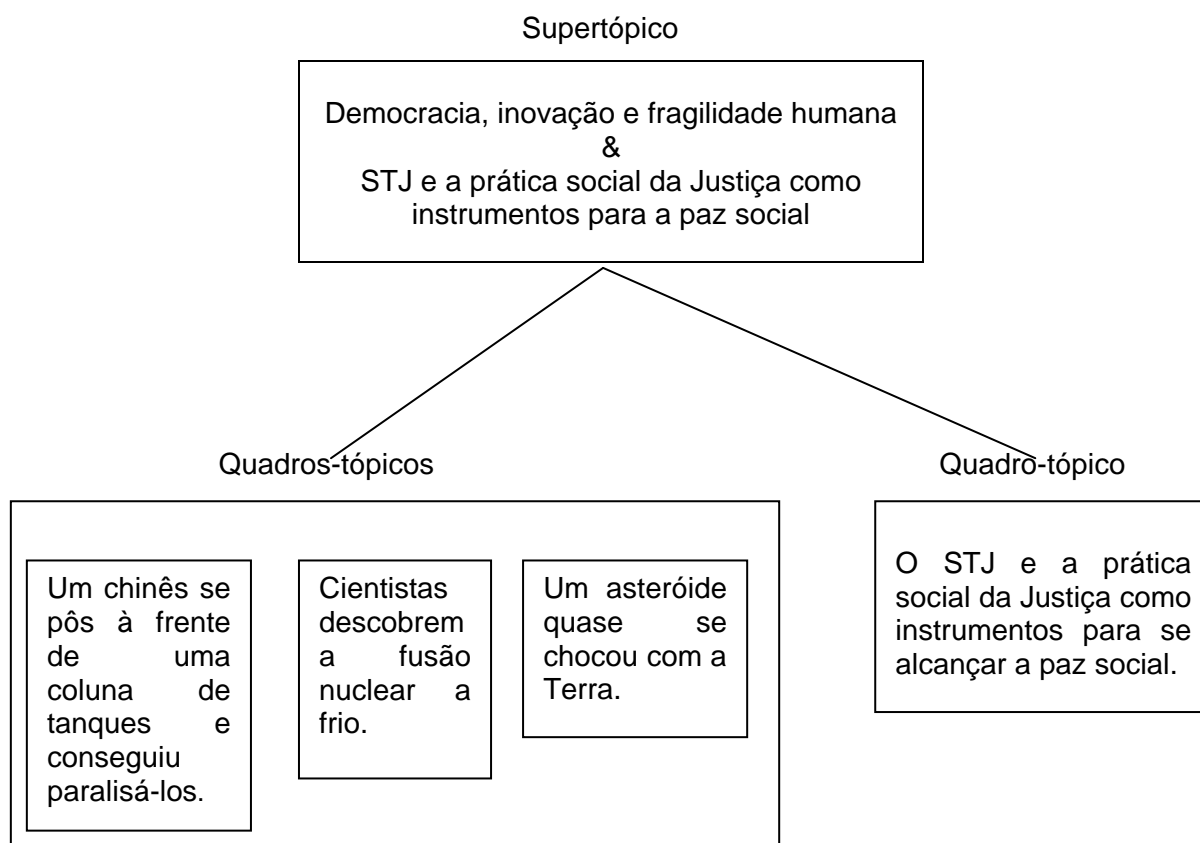
Se retirarmos um quadro tópico do texto, constataremos que ele traz a noção completa de um cenário textual, porém, quando somado à significação global constitutiva do contexto, tem sua contribuição argumentativa medida pelos vínculos que direta ou indiretamente são estabelecidos com os demais quadros tópicos. Um quadro tópico pode apenas ilustrar um ponto de vista. Pode, ainda, desencadear uma reflexão ou ser ponto de partida para o desenvolvimento do tópico central.

A progressão tópica realiza-se dentro de um texto pelo encadeamento lógico/argumentativo em dois níveis: linear (ou horizontal) e vertical (ou hierárquico). Para que a coerência não seja prejudicada, não se admite rupturas ou interrupções longas sem explicitamento, em nenhum dos dois níveis. Para facilitar o acompanhamento do raciocínio do autor, quando há quebra da continuidade tópica com posterior retomada, são necessários elementos de coesão que justifiquem as digressões, tais como organizadores textuais e marcadores de discurso.

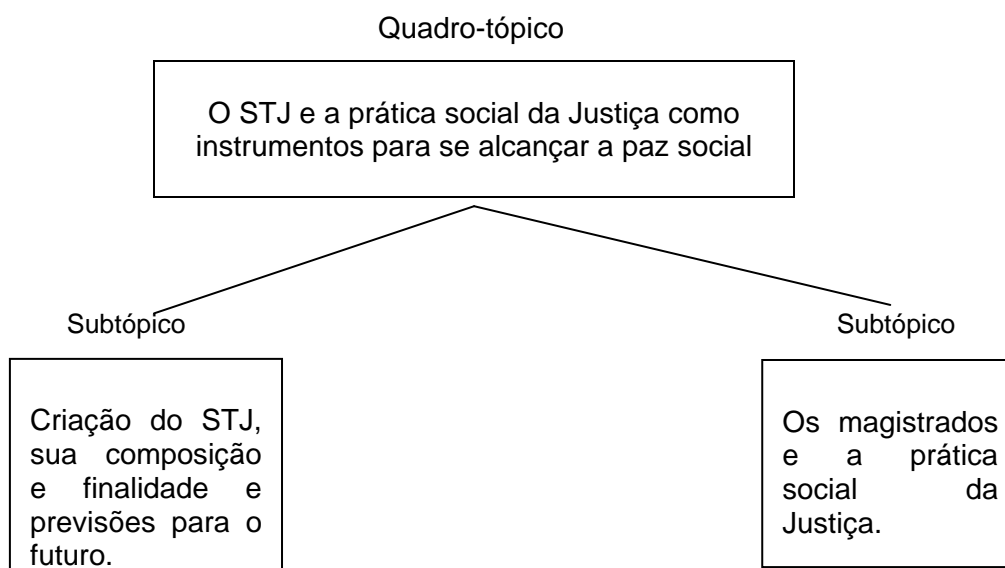
No discurso em análise, vê-se, claramente, que o autor introduz sua argumentação construindo três cenários diferentes, que são os três quadros tópicos iniciais, com o objetivo de, a partir deles, traçar um paralelo reflexivo entre as lições que encerram e a busca pela paz social, necessária para combater a crise na qual se encontrava a Pátria, os objetivos da mais nova Corte Superior do País, a conduta esperada de um magistrado e a difícil missão que terá pela frente, tópicos que compõem o novo quadro, o qual trata mais especificamente do assunto central: o papel que é esperado dos magistrados no cenário de crise por que passa o País.

A seguir, o esquema dos quadros-tópicos, em uma análise hierárquica:

Discurso de Posse do Ministro Washington Bolívar no cargo de Presidente do  
Superior Tribunal de Justiça



Veja-se, agora, o esquema de um dos quadros tópicos, dividido em subtópicos:



## 6 CONCLUINDO...

Sabe-se que o produtor de um texto conta com o conhecimento prévio do leitor e com sua capacidade de inferência para a apreensão dos sentidos de uma produção. Como nem todos têm a mesma facilidade em realizar operações mais elaboradas para captar sua total significação, se não for completamente coeso e coerente, deve ter pistas que levem a sua compreensão facilmente recuperáveis pelo contexto.

O texto, a partir dessa visão, encerra em si muito mais que o resultado final de um encadeamento lógico e coerente do raciocínio do escritor, ele é o produto de interação entre autor e leitor. Pois, para o seu processamento, é necessário que autor e interpretador joguem o “jogo da linguagem, mobilizem uma série de estratégias – de ordem sociocognitiva, interacional e textual – com vistas à produção do sentido” (KOCH, 2008a, p. 189). E é com base nos elementos linguísticos que estão na superfície textual e também na forma de organização dos argumentos que se faz possível a construção dos sentidos pretendidos pelo produtor.

Os sentidos de um texto vão-se construindo progressivamente, com o constante ir e vir entre as ideias enunciadas, que garantem, com o movimento de retração e progressão, a tessitura textual. Para alcançar o entrelaçamento argumentativo, o autor dispõe de várias estratégias que visam assegurar os três pontos abordados:

- a progressão/continuidade referencial: obtida pela manutenção de um referente (objetos de discurso), enquanto sobre ele se fala, com o objetivo de retê-lo na memória do leitor.

- a progressão/continuidade temática: o emprego de termos do mesmo campo semântico assegura a construção de um cenário na mente do leitor. O tipo de conexão estabelecida entre os argumentos e a forma com eles são organizados permitem ao leitor compreender o contínuo textual dotado de sentido.

- a progressão/continuidade tópica: o texto é composto de um tópico principal, que é construído a partir de quadros tópicos, subtópicos e segmentos tópicos que o sustentam e o diferenciam de outra exposição sobre o mesmo assunto.



Conclui-se, assim, que a progressão textual, responsável pelo encadeamento das ideias e pela manutenção do fio discursivo, engloba aspectos de coesão e coerência e é resultado de estratégias cognitivo-discursivas, sociointeracionais e de formulação textual utilizadas para a construção significativa do discurso.

## 7 REFERÊNCIAS

HOBSBAWM, E. J. A Era dos Extremos: o Breve Século XX. Companhia das Letras: São Paulo, 1994. Disponível em: <<http://search.4shared.com/network>>. Acesso em: 18 out. 2009.

\_\_\_\_\_. O Novo Século. Companhia das Letras: São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://search.4shared.com/network>>. Acesso em: 18 out. 2009.

KOCH, I. V: As tramas do texto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008a.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2008b.

\_\_\_\_\_. Ler e escrever – estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. Referenciação e discurso. São Paulo: Contexto, 2005.

MARCUSCHI, L. A. Anáfora Indireta: O barco textual e suas âncoras. In KOCH, I. V.; et al. Referenciação e discurso. São Paulo: Contexto, 2005.

MENESES, M. S. Continuidades referenciais sem retomada: um trabalho com anáforas indiretas, associativas e esquemáticas. 2006. 170 p. Dissertação (apresentada ao final do Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Piauí.

COSTA VAL, M. G. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

## 7.1 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAVALCANTE, M. M. Teoria e Análise Linguística: Anáforas indiretas e relações lexicais. Fortaleza: UFCE, 2006.

GALVES, C. et al. O Texto: Leitura e escrita. Campinas: Pontes, 2002.

KOCH, I. V. A Coesão Textual. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. A interação pela linguagem. São Paulo: Contexto, 2007.

## 8 ANEXOS

I – Análise do discurso do Ministro Washington Bolívar

Progressão referencial: referentes textuais – sublinhado

Progressão temática: marcas de relações lógico-semânticas, discursivo-argumentativas e de organização textual – em negrito

Progressão tópica – diagrama

II – Discurso do Ministro Washington Bolívar na íntegra, publicado na Revista BDJur, do Superior Tribunal de Justiça

Supertópico  
Democracia, inovação e fragilidade humana  
&  
STJ e a prática social da Justiça como instrumentos para a paz social

Três acontecimentos recentes me impressionaram e todos têm muito a ver com o destino do Homem e, especialmente, com o [0] dos Juízes: o primeiro foi testemunhado pelo mundo inteiro; o segundo apenas por alguns; e o terceiro, por sorte da Humanidade, ninguém teve a infelicidade de ver.

Discurso de posse do Ministro Washington Bolívar como primeiro presidente do Superior Tribunal de Justiça

Quadros-tópicos

Democracia

O primeiro acontecimento foi uma lição que veio da China, uma cena fugaz, mas inesquecível, que as televisões de todos os continentes mostraram: um homem só e desarmado, postou-se à frente de uma coluna de tanques e conseguiu paralisá-los. Causou-me grande admiração o gesto de quem acreditava tanto na democracia que estava pronto a morrer por ela. Para onde o primeiro tanque tentava desviar, movia-se o chinês desconhecido, brava e solitariamente, até quando os seus amigos foram correndo tirá-lo de lá, arriscando, por sua vez, as próprias vidas. Igual admiração me causou a conduta dos soldados, procurando desviar o carro de combate e não simplesmente esmagar obstáculo tão irrelevante para quem dispunha de tanto poderio; o que os teria movido - o respeito universal à bravura ou enorme comisseração pelo gesto tresloucado? Qualquer das hipóteses também lhes faz honra.

Inovação

O segundo acontecimento foi a notícia divulgada no dia 22 de março do corrente ano, pelos cientistas Stanley Pons e Martin Fleischmann, da Universidade de Utah, Estados Unidos, de que teriam conseguido a fusão nuclear a frio, liberando energia do mesmo tipo da [0] obtida na explosão de uma bomba H, produto da fissão atômica. O novo método, resultante da compressão de átomos de deutério na rede cristalina do paládio, convertendo-os em átomos de hélio e nêutrons, produziria energia sem a violência, nem a constante ameaça de poluição ambiental do antigo. A água pesada seria obtida de uma fonte inesgotável - o mar que nos rodeia. Caso se multipliquem as experiências, que os brasileiros também conseguiram reproduzir, já fazem os cientistas projeção para viagens interplanetárias, utilizando a água da cauda dos cometas e a Terra seria iluminada por uma energia nuclear limpa e infinita.

Fragilidade humana

E o terceiro acontecimento, por onde se vê que o Homem pode prever catástrofes mas nem sempre é capaz de evitá-las, ocorreu no dia 23 do mesmo mês de março, por volta das 11 horas (hora de Brasília). Um asteroide de cerca de um mil metros de diâmetro, viajando a 288 mil quilômetros por hora, passou a uma distância insignificante - em termos cósmicos - da Terra, pouco mais do dobro da distância que nos separa da Lua. Segundo os cálculos matemáticos, o asteroide cruzou a órbita da Terra e somente não colidiu porque ela não estava naquele ponto de interseção. Se ele tivesse sido capturado pelo campo gravitacional do nosso planeta e colidido, o impacto equivaleria a 40 bilhões de toneladas de TNT ou o equivalente à explosão de 40 mil bombas de hidrogênio, conforme calcularam os computadores operados pelos astrônomos do programa de Exploração do Sistema Solar da Nasa; se caísse num continente, abriria uma cratera de cinco quilômetros, no mínimo, e destruiria tudo o que houvesse num ralo de milhares de outros; se desabasse no oceano, provocaria maremotos que devastariam imensas regiões costeiras. Enfim, uma visão do Apocalipse.

Quadro-tópico  
Necessidade  
de paz social

Embora saibamos que vivemos num mundo já de si tão frágil, que as nações digladiam entre si e os homens se matam não somente pelos mais torpes motivos, mas até mesmo pelos mais nobres, quando deveriam ajudar-se uns aos outros, aflige-nos ver que a nossa Pátria também se agita e se debate na maior de todas as suas crises. Nunca uma pátria precisou tanto de patriota. E nunca o nosso País necessitou tanto da compreensão e da harmonia dos brasileiros entre os Poderes da República.

Subtópico  
STJ

Talvez por isso este Superior Tribunal de Justiça, que é a grande novidade do Poder Judiciário, instituído pelo Povo, reunido em Assembléia Nacional Constituinte, sob a proteção de Deus, possa representar esse ideal de conagração, um método novo de operar um Tribunal no Brasil, uniformizando a interpretação do direito federal e velando pela fiel execução de suas leis.

Subtópico  
Prática social da Justiça

Os Magistrados brasileiros devem dar o exemplo de compreensão e de harmonia, de que a Pátria tanto carece. E devem inspirar-se na antiga lição do Eclesiástico: "Não procures tornar-te juiz se não tens força para extirpar a injustiça; do contrário te intimidarás diante de um poderoso e mancharás tua integridade." (Ecl., 7,6).

Em verdade, o Judiciário, que compõe, com o Legislativo e o Executivo, os Poderes da União, há de afirmar sua independência não somente pela autonomia financeira, que a Constituição lhe assegurou, mas, sobretudo, pela sabedoria e firmeza de suas decisões.

Busquemos todos, legisladores, administradores, magistrados, advogados, membros do Ministério Público, servidores, melhorar seu funcionamento, que reconhecemos falho, porquanto sobrecarregado, mas suscetível de grande aperfeiçoamento. Com o Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição, que sempre esteve à altura dos graves momentos históricos já vividos pela Nação; com a ajuda das Associações de Magistrados e a indispensável colaboração da Ordem dos Advogados do Brasil certamente alcançaremos esse aperfeiçoamento.

Mas, para que se firme a confiança do povo no Poder Judiciário devemos diligenciar para que também os grandes e os poderosos, quando delinquentes, como tal sejam tratados, sem quaisquer privilégios, senão os porventura outorgados em lei, e velar para que não escapem, se culpados, da punição exemplar. Nem podemos tolerar a violência e a desordem, praticadas sob os mais diversos pretextos, pela turba ensandecida e inflamada pelos demagogos e aventureiros; nem podemos permitir que o povo, ainda que descrente e desiludido dos Poderes regulares do Estado, pratique a justiça pelas próprias mãos, negando os direitos do Homem e do Cidadão; se culpado, cabe ao Poder Judiciário puni-lo; culpado, ou inocente, à turba é que não cabe justiça.

Subtópico  
Traço comum e as lições que cada um encerra

Mas o que teriam a ver tais acontecimentos com o destino do Homem e, especialmente, com a formação dos Juízes? Que liame teriam entre si e em que aproveitariam a essa festa do Direito e da Justiça, num Tribunal que nasce?

O traço comum é a universalidade dos três fatos, que interessaram vivamente a todos os povos e países. Nem é menor do que o outro a reflexão que inspiram, nem a lição que cada um deles encerra. O primeiro, ao relembrar que os ideais de democracia e de liberdade são mais fortes do que o instinto de conservação e o apego à própria vida; e de que nenhuma ditadura, por mais longa, ou mais poderosa, ou mais terrível, que seja, pode estirpá-los do coração de um homem, ou de um povo. O segundo, ao demonstrar que há sempre um método novo, para substituir o [0] antigo, e que a Ciência não está somente a serviço da dominação e da morte, mas também da melhoria da vida humana e de sua futura projeção para além das galáxias. E finalmente o terceiro, ao advertir para a fragilidade do mundo e de tudo quanto há nele, para nivelar, na mesma desolação, a grandeza e a miséria dos homens, já que tudo pode sofrer grandes transformações ou simplesmente acabar, no vórtice de um buraco negro ou numa colisão cósmica. Basta lembrar que em 1937 o asteroide, batizado de Hermes - o mensageiro dos deuses - também passara bem perto de nós e qualquer outro já pode estar vindo dos confins do Universo. Àquele último visitante se deu a denominação alfanumérica de 1989FC. Se ao menos fosse o asteroide B 612, ao invés de motivos para alarme, certamente todos estaríamos exultantes, quer por ser pequenino, quer pela principal razão de nele morar o Pequeno Príncipe, de Saint-Exupéry, dando-nos a certeza de que sua vinda não traria catástrofe, mas sabedoria.

Conclusão

"Abre tua boca a favor do mudo, pelo direito de todos os que se acham em desolação. Abre tua boca; julga retamente, e faz justiça aos pobres e aos necessitados", eis a lição dos Provérbios (cap. 31, vs. 8 e 9). Enquanto Juiz, nesses doze anos de judicatura, tenho-me esforçado para realizar esse programa. Valendo-me da expressiva síntese poética de Viriato Gaspar, sei que

Um fiapo de mim ficou em cada  
pessoa que cruzou a minha vida.  
- que pena eu ter a alma tão espalhada  
que já nem possa mais ser dividida.

É chegada a hora de nos apartamos, cada um para o seu trabalho, a serviço da Pátria, que está em perigo e precisa de nós.

Nem aqui celebramos hoje uma posse, mas simples provimento de cargos públicos para o desempenho de pesadas tarefas; até porque, nós, Juízes, nada possuímos: todo o poder emana do Povo e por ele e para ele é exercido; e toda a glória - quando há - pertence à Pátria.

## **DISCURSO DE POSSE DO MINISTRO WASHINGTON BOLÍVAR DE BRITO NO CARGO DE PRESIDENTE DO STJ<sup>1</sup>**

**WASHINGTON BOLÍVAR DE BRITO\***  
*Ministro do Superior Tribunal de Justiça,  
Presidente do Superior Tribunal de Justiça  
e do Conselho da Justiça Federal*

Exmo. Sr. Ministro José Néri da Silveira, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça, Dr. Oscar Dias Correa, neste ato representando o Excelentíssimo Senhor Presidente da República; Exmo. Sr. Ministro Francisco Rezek, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral; Exmos. Srs. Ministros de Estado; Exmos. Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal; Exmos. Srs. Senadores e Deputados Federais; Exmos. Srs. Ministros Presidentes dos Tribunais Superiores, do Tribunal de Contas da União e respectivos Ministros; Exmos. Srs. Ministros aposentados desta Corte; Exmos Srs. Presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, dos Tribunais Regionais Federais e respectivos magistrados que os integram; Exmos. Srs. Presidentes dos Tribunais de Alçada; Exmos. Srs. Juízes Federais e Juizes Estaduais de Primeira Instância; Exmos. Srs. Membros do Ministério Público; Exmos. Srs. Embaixadores acreditados junto à nossa Nação; Exmos. Srs. Representantes dos Governos Estaduais; Exmos. Srs. Procuradores da República; Exmos. Srs. Presidentes dos Tribunais de Contas dos Estados e respectivos membros; Srs. Advogados; Srs. Funcionários; Senhoras e Senhores:

Sejam minhas primeiras palavras para agradecer ao eminente colega e amigo Ministro Evandro Gueiros Leite.

Três acontecimentos recentes me impressionaram e todos têm muito a ver com o destino do Homem e, especialmente, com o dos Juízes:

---

<sup>1</sup> Discurso proferido na solenidade de posse no cargo de Presidente do STJ em 23/06/1989.

o primeiro foi testemunhado pelo mundo inteiro; o segundo apenas por alguns; e o terceiro, por sorte da Humanidade, ninguém teve a infelicidade de ver.

O primeiro acontecimento foi uma lição que veio da China, uma cena fugaz, mas inesquecível, que as televisões de todos os continentes mostraram: um homem, só e desarmado, postou-se à frente de uma coluna de tanques e conseguiu paralisá-los. Causou-me grande admiração o gesto de quem acreditava tanto na democracia que estava pronto a morrer por ela. Para onde o primeiro tanque tentava desviar, movia-se o chinês desconhecido, brava e solitariamente, até quando os seus amigos foram correndo tirá-lo de lá, arriscando, por sua vez, as próprias vidas. Igual admiração me causou a conduta dos soldados, procurando desviar o carro de combate e não simplesmente esmagar obstáculo tão irrelevante para quem dispunha de tanto poderio; o que os teria movido - o respeito universal à bravura ou enorme comiseração pelo gesto tresloucado? Qualquer das hipóteses também lhes faz honra.

O segundo acontecimento foi a notícia divulgada no dia 22 de março do corrente ano, pelos cientistas Stanley Pons e Martin Fleischmann, da Universidade de Utah, Estados Unidos, de que teriam conseguido a fusão nuclear a frio, liberando energia do mesmo tipo da obtida na explosão de uma bomba H, produto da fissão atômica. O novo método, resultante da compressão de átomos de deutério na rede cristalina do paládio, convertendo-os em átomos de hélio e nêutrons, produziria energia sem a violência, nem a constante ameaça de poluição ambiental do antigo. A água pesada seria obtida de uma fonte inesgotável - o mar que nos rodeia. Caso se multipliquem as experiências, que os brasileiros também conseguiram reproduzir, já fazem os cientistas projeção para viagens interplanetárias, utilizando a água da cauda dos cometas e a Terra seria iluminada por uma energia nuclear limpa e infinita.

E o terceiro acontecimento, por onde se vê que o Homem pode prever catástrofes mas nem sempre é capaz de evitá-las, ocorreu no dia 23 do mesmo mês de março, por volta das 11 horas (hora de Brasília). Um asteróide de cerca de um mil metros de diâmetro, viajando a 288 mil quilômetros por hora, passou a uma distância insignificante – em termos cósmicos - da Terra, pouco mais do dobro da distância que nos separa da Lua. Segundo os cálculos matemáticos, o asteróide cruzou a órbita da Terra e somente não colidiu porque ela não estava naquele ponto de interseção. Se ele tivesse sido capturado pelo campo gravitacional do nosso planeta e colidido, o impacto equivaleria a 40 bilhões de toneladas de TNT ou o equivalente à explosão de 40 mil bombas de hidrogênio, conforme calcularam os computadores operados pelos astrônomos do programa de Exploração do Sistema Solar da Nasa; se caísse num continente, abriria uma cratera de cinco quilômetros, no mínimo, e destruiria tudo o que houvesse num raio de milhares de outros; se desabasse no oceano, provocaria maremotos que devastariam imensas regiões costeiras. Enfim, uma visão do Apocalipse.

Mas o que teriam a ver tais acontecimentos com o destino do Homem e, especialmente, com a formação dos Juízes? Que liame teriam entre si e em que aproveitariam a essa festa do Direito e da Justiça, num Tribunal que nasce?

O traço comum é a universalidade dos três fatos, que interessaram vivamente a todos os povos e países. Nem é menor do que o outro a reflexão que inspiram, nem a lição que cada um deles encerra. O primeiro, ao lembrar que os ideais de democracia e de liberdade são mais fortes do que o instinto de conservação e o apego à própria vida; e de que nenhuma ditadura, por mais longa, ou mais poderosa, ou mais terrível, que seja, pode estirpá-los do coração de um homem, ou de um povo. O segundo, ao demonstrar que há sempre um método novo, para substituir o antigo, e que a Ciência não está somente a serviço da



dominação e da morte, mas também da melhoria da vida humana e de sua futura projeção para além das galáxias. E finalmente o terceiro, ao advertir para a fragilidade do mundo e de tudo quanto há nele, para nivelar, na mesma desolação, a grandeza e a miséria dos homens, já que tudo pode sofrer grandes transformações ou simplesmente acabar, no vórtice de um buraco negro ou numa colisão cósmica. Basta lembrar que em 1937 o asteróide, batizado de Hermes - o mensageiro dos deuses - também passara bem perto de nós e qualquer outro já pode estar vindo dos confins do Universo. Àquele último visitante se deu a denominação alfanumérica de 1989FC. Se ao menos fosse o asteróide B 612, ao invés de motivos para alarme, certamente todos estaríamos exultantes, quer por ser pequenino, quer pela principal razão de nele morar o Pequeno Príncipe, de Saint-Exupéry, dando-nos a certeza de que sua vinda não traria catástrofe, mas sabedoria.

Embora saibamos que vivemos num mundo já de si tão frágil, que as nações digladiam entre si e os homens se matam não somente pelos mais torpes motivos, mas até mesmo pelos mais nobres, quando deveriam ajudar-se uns aos outros, aflige-nos ver que a nossa Pátria também se agita e se debate na maior de todas as suas crises. Nunca uma pátria precisou tanto de patriota. E nunca o nosso País necessitou tanto da compreensão e da harmonia dos brasileiros entre os Poderes da República.

Talvez por isso este Superior Tribunal de Justiça, que é a grande novidade do Poder Judiciário, instituído pelo Povo, reunido em Assembléia Nacional Constituinte, sob a proteção de Deus, possa representar esse ideal de conagração, um método novo de operar um Tribunal no Brasil, uniformizando a interpretação do direito federal e velando pela fiel execução de suas leis.

O gênio inventivo do Povo Brasileiro, ao editar a nova Constituição, quis que ele representasse o encontro do saber e da

experiência dos militantes da Justiça Comum, Federal e Estadual, compondo-o de um terço dentre Juízes dos Tribunais Regionais Federais, um terço dentre Desembargadores dos Tribunais de Justiça e um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e dos Territórios. Em verdade, ele é o grande Tribunal de convergência nacional, fim de carreira, pelo mérito, de magistrados e juristas.

Se ele próprio representa a valorização do mérito, justo é que se dedique ao mérito dos cidadãos, ao merecimento de seus pleitos, à prevalência do direito federal, julgando-lhes as causas. Necessário é que os seus funcionários também sejam escolhidos de conformidade com as leis e tenham os seus méritos reconhecidos e proclamados. Que patrocine uma Escola de Aperfeiçoamento dos Servidores da Justiça, uma Escola Nacional para a Magistratura, uma Fundação, instituída por lei, que aproveite o seu excelente parque gráfico e divulgue as conferências, as palestras, as aulas ministradas por seus Juízes, muitos dos quais professores de escolas de nossas Universidades, ou pelos juristas de renome, nacionais e estrangeiros, como convidados especiais.

Os Magistrados brasileiros devem dar o exemplo de compreensão e de harmonia, de que a Pátria tanto carece. E devem inspirar-se na antiga lição do Eclesiástico: "Não procures tornar-te juiz se não tens força para extirpar a injustiça; do contrário te intimidarás diante de um poderoso e mancharás tua integridade." (Ecl., 7,6).

Em verdade, o Judiciário, que compõe, com o Legislativo e o Executivo, os Poderes da União, há de afirmar sua independência não somente pela autonomia financeira, que a Constituição lhe assegurou, mas, sobretudo, pela sabedoria e firmeza de suas decisões.

Busquemos todos, legisladores, administradores, magistrados, advogados, membros do Ministério Público, servidores, melhorar seu

funcionamento, que reconhecemos falho, porquanto sobrecarregado, mas suscetível de grande aperfeiçoamento. Com o Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição, que sempre esteve à altura dos graves momentos históricos já vividos pela Nação; com a ajuda das Associações de Magistrados e a indispensável colaboração da Ordem dos Advogados do Brasil certamente alcançaremos esse aperfeiçoamento.

Mas, para que se firme a confiança do povo no Poder Judiciário devemos diligenciar para que também os grandes e os poderosos, quando delinqüentes, como tal sejam tratados, sem quaisquer privilégios, senão os porventura outorgados em lei, e velar para que não escapem, se culpados, da punição exemplar. Nem podemos tolerar a violência e a desordem, praticadas sob os mais diversos pretextos, pela turba ensandecida e inflamada pelos demagogos e aventureiros; nem podemos permitir que o povo, ainda que descrente e desiludido dos Poderes regulares do Estado, pratique a justiça pelas próprias mãos, negando os direitos do Homem e do Cidadão; se culpado, cabe ao Poder Judiciário puni-lo; culpado, ou inocente, à turba é que não cabe justicá-lo.

"Abre tua boca a favor do mudo, pelo direito de todos os que se acham em desolação. Abre tua boca; julga retamente, e faz justiça aos pobres e aos necessitados", eis a lição dos Provérbios (cap. 31, vs. 8 e 9). Enquanto Juiz, nesses doze anos de judicatura, tenho-me esforçado para realizar esse programa. Valendo-me da expressiva síntese poética de Viriato Gaspar, sei que

Um fiapo de mim ficou em cada

pessoa que cruzou a minha vida.

- que pena eu ter a alma tão espalhada

que já nem possa mais ser dividida.

É chegada a hora de nos apartamos, cada um para o seu trabalho, a serviço da Pátria, que está em perigo e precisa de nós.

Nem aqui celebramos hoje uma posse, mas simples provimento de cargos públicos para o desempenho de pesadas tarefas; até porque, nós, Juízes, nada possuímos: todo o poder emana do Povo e por ele e para ele é exercido; e toda a glória - quando há - pertence à Pátria.

Antes de declarar encerrada esta Sessão Solene e de renovar os agradecimentos às altas autoridades já enumeradas, aos Srs. Oficiais-Generais e todos os queridos amigos e convidados que aqui estiveram presentes ou representados, ao renovar estes agradecimentos, anuncio que os cumprimentos serão dados no salão contíguo ao deste Plenário. Solicito ao Cerimonial a gentileza de conduzir as Senhoras dos Srs. Ministros Vice-Presidente e Corregedor-Geral e a minha própria ao salão anexo. Apelo, ainda, a todos os eminentes amigos e convidados para que tenham a tolerância de permanecer por um instante ainda em seus lugares, até que os integrantes da Mesa e as autoridades que aqui se encontram, e que dela fazem parte, os Srs. Ministros de Estado, Ministros do Supremo Tribunal Federal, Presidentes dos Tribunais Superiores, Tribunais de Justiça, Tribunais de Alçada e os demais já enunciados, todos nós, possamos nos deslocar, juntamente com os Ministros da Corte.

Que Deus os abençoe e muito obrigado.